

15^a
Conferência
Estadual
de Assistência
Social
BAHIA



DELIBERAÇÕES DA 15ª CONFERENCIA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - BA

EIXO 1 - Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às Diversidades

Estado

Deliberação

1

Ampliar e fortalecer a vigilância socioassistencial, realizando estudos e diagnósticos dos territórios com maior índice de vulnerabilidade, garantindo o acesso a proteção social básica e especial, com a divulgação sistemática dos dados coletados, por meio de relatórios e painéis informativos virtuais, subsidiando o planejamento local.

2

Assegurar cobertura equitativa da provisão dos serviços socioassistenciais no território estadual com foco na universalização do acesso, visando a superação das desproteções sociais e das desigualdades regionais.

Federal

Proposta

1

Ampliar o provimento de serviços de Proteção Social Básica, priorizando as áreas rurais e periféricas, tendo por base a necessidade de atendimento das famílias inseridas no CadÚnico.

EIXO 2 - Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação, Gestão Descentralizada e Valorização Profissional

Estado

Deliberação

1

Garantir formação continuada e especializada para os profissionais da Assistência Social, com incentivo à produção e valorização do conhecimento local com o uso de tecnologias e sistemas de informação integrados para facilitar o monitoramento e a gestão dos serviços.

2

Garantir Plano De Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para trabalhadores do SUAS de aplicação obrigatória, mediante composição de Mesa Estadual de Negociação Permanente.

Federal

Proposta

1

Instituir política nacional de carreira para trabalhadores do suas por nível profissional, com piso salarial unificado, formação continuada e condições dignas de trabalho, visando valorizar profissionais e garantir qualidade nos serviços de todo país.



CEAS/BA
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GOVERNO
PRESENTE
TRABALHA
PRA GENTE

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

EIXO 3 - Integração de benefícios e serviços socioassistenciais: fortalecendo a proteção social, segurança de renda e a inclusão social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Estado

Deliberação

1

Criar e implantar Núcleos Territoriais de Apoio a Gestão Descentralizada do SUAS no Estado da Bahia, visando aprimorar os processos de Acompanhamento, Supervisão Técnica e Educação Permanente.

2

Implementar serviços socioassistenciais, culturalmente adequados às comunidades tradicionais da Bahia, priorizando mulheres, crianças, PCDs, pessoas idosas, mães atípicas, LGBTQTS, assegurando proteção social efetiva, respeito às identidades e fortalecimento de vínculos

Federal

Proposta

1

Alterar o critério de renda para acesso ao BPC de 1/4 para 1/2 salário-mínimo, considerando a defasagem dos critérios atuais, garantindo que valores de programas de transferência de renda, como o PBF, não sejam computados no cálculo da renda familiar, evitando retrocessos no acesso ao benefício.

EIXO 4 - Gestão Democrática, Informação no SUAS e Comunicação Transparente: Fortalecendo a Participação Social no SUAS.

Estado

Deliberação

1

Instituir Editais estaduais para financiar Projetos de Inovação Social protagonizados por usuários e Organizações da Sociedade Civil vinculado ao SUAS.

2

Garantir a promoção de campanhas públicas contínuas em defesa da participação social e valorização dos Conselhos Municipais de Assistência Social. Devendo essas ações alcançarem a população geral, destacando a importância dos Usuários, Trabalhadores, Entidades e Conselheiros no Controle Social, com ampla divulgação em escolas, meios de comunicação, redes sociais e serviços públicos.

Federal

Proposta

1

Criar a ouvidoria nacional do SUAS com canais acessíveis para aprimorar a gestão e qualidade dos Serviços e Benefícios de Assistência Social.

EIXO 5 - Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS

Estado

Deliberação

1

Garantir em Lei o percentual mínimo de 1% da Receita Estadual para a Política de Assistência Social.

2

Criar o cofinanciamento para a vigilância socioassistencial e cofinanciar os serviços, programas, projetos e benefícios de acordo com os reais custos destes, devendo realizar diagnóstico de valor e capacidade técnica para atender a demanda da proteção social.

Federal

Proposta

1

Garantir por decreto a regulamentação da lei 12351/2010 destinando o percentual mínimo de 30% do Fundo Social do Pré Sal para a Política de Assistência Social, priorizando o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais.